

## INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao disposto nos artigos 91 e 112 da Carta da Organização dos Estados Americanos, tenho a satisfação de apresentar à Assembléia Geral e ao Conselho Permanente o Relatório Anual 2001-02. Conforme prescrito na Carta, este relatório contém a descrição das atividades da Organização e de sua situação financeira. Este documento, preparado em conformidade com as diretrizes estabelecidas na resolução AG/RES. 331, de 1978, refere-se ao período compreendido entre 1º de março de 2001 e 28 de fevereiro de 2002.

O último ano caracterizou-se por grandes desafios e êxitos para a Organização: realizamos a Cúpula das Américas em Québec, a Assembléia Geral em São José, Costa Rica e o período extraordinário de sessões da Assembléia Geral em Lima. As três reuniões atribuíram à OEA novos mandatos e responsabilidades que fortalecem a nossa instituição e abrem novas perspectivas e oportunidades para o Sistema Interamericano. Ao longo do ano, registramos numerosos avanços, entre os quais cumpre destacar: o mandato da Cúpula de Québec, que confiou à OEA a tarefa de servir de secretaria técnica e memória institucional do processo das Cúpulas; a adoção da Carta Democrática Interamericana, em 11 de setembro, em Lima; e a responsabilidade delegada à instituição pelos Ministros das Relações Exteriores do Continente, de preparar um projeto de Convenção Interamericana contra o Terrorismo (CICTE).

Os resultados da Cúpula de Québec representam um sucesso fundamental para a Organização e permitem afirmar que as Cúpulas das Américas são – indubitavelmente – o instrumento mais eficaz de integração hemisférica. As disposições emanadas da Cúpula orientam nosso trabalho na Organização já que fomos incumbidos, no total, de mais de 30 mandatos, que abrangem uma multiplicidade de temas. Em Québec, os Chefes de Estado e de Governo declararam seu apoio ao fortalecimento da colaboração entre os organismos internacionais, com o objetivo de facilitar o uso adequado dos recursos, otimizar a eficácia na execução dos programas, evitar a superposição e a duplicação dos mandatos, aumentar as oportunidades de financiamento e assegurar a coerência na implementação das iniciativas das Cúpulas.

Para alcançar esses fins, nossa Organização assinou uma carta de entendimento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), cujo propósito é imprimir maior coordenação no apoio aos mandatos das Cúpulas. O Escritório de Seguimento das Cúpulas foi encarregado de atuar como secretaria dessa instância de coordenação, o que representa apenas um pequeno detalhe do fortalecimento institucional de que vem sendo objeto para dar cumprimento aos novos mandatos e disposições emanadas da Cúpula de Québec.

A adoção, em Lima, da Carta Democrática Interamericana representa o avanço institucional mais importante da OEA. A Carta é a demonstração mais clara da convicção democrática de todos os países do Hemisfério e de sua vontade no confronto com novas ameaças. Após a Cúpula de Québec, os Estados membros da OEA, ajustando-se ao mandato dos Presidentes, dedicaram-se à tarefa de apresentar um projeto de Carta aos Chanceleres que se reuniram em São José, Costa Rica, para o Trigésimo Primeiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA. Este trabalho, cimentado numa ampla gama de normas internacionais, inclusive na própria Carta da OEA, na resolução AG/RES. 1080, em múltiplas declarações da OEA – como as de Manágua, Nassau e Santiago –, e em referências à Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas e à nossa Convenção Americana sobre Direitos Humanos, “Pacto de San José”, foi enriquecido a tal ponto que só me resta destacar sua dimensão integral mais concreta e precisa. A Carta estabelece com clareza os vínculos inextricáveis entre democracia e pobreza,

democracia e desenvolvimento, democracia e meio ambiente e democracia e os direitos das mulheres e crianças.

Em 11 de setembro, dia em que a democracia se viu covardemente ameaçada, os 34 Estados membros da OEA reafirmaram seu compromisso com a democracia ao adotarem a Carta Democrática Interamericana no período extraordinário de sessões da Assembléia Geral de Lima. A OEA foi a primeira organização internacional a reagir aos acontecimentos, e os Chanceleres do Hemisfério e o Secretário-Geral expressaram seu apoio e solidariedade pessoalmente ao Secretário de Estado Colin Powell.

A luta contra o terrorismo tem estado presente na agenda da Organização como parte dos seus esforços sistemáticos em prol da segurança hemisférica. Assim o demonstra a criação do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE). Em consequência dos acontecimentos de 11 de setembro, a OEA intensificou seus esforços nesse campo e foi convidada a expor sua experiência e seu conhecimento em diversos foros internacionais, entre os quais a Comissão da Luta contra o Terrorismo, do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Os vis ataques terroristas de 11 de setembro puseram em relevo a necessidade de constante preparação para enfrentar futuros desafios e a importância de reagir em face das novas realidades mundiais. Os atos de terrorismo representam o maior desafio à nossa civilização, aos nossos valores, aos direitos humanos e liberdades públicas e aos princípios de tolerância e pluralismo. A OEA demonstrou sua grande capacidade de resposta diante de fatos dessa natureza ao ativar o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), a Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores e a sessão extraordinária do Conselho Permanente para analisar os efeitos econômicos dos ataques terroristas no Hemisfério, em particular nos países do Caribe e da América Central.

O TIAR foi invocado por seus Estados Partes na Vigésima Quarta Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, ocasião em que se adotou a resolução “Ameaça terrorista nas Américas”. Nesta resolução, os Estados Partes do Tratado afirmaram que os ataques terroristas aos Estados Unidos da América eram ataques contra todos os países americanos. Os Estados Partes também se comprometeram a aplicar todas as disposições pertinentes do TIAR e do princípio de solidariedade continental, e a prestar efetiva assistência recíproca a fim de enfrentar tais ataques e manter a paz e a segurança do Hemisfério.

A Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores também incumbiu o Conselho Permanente de elaborar um projeto de Convenção Interamericana contra o Terrorismo, a ser apresentado à próxima Assembléia Geral da Organização em Barbados. Ao final da reunião, os ministros aprovaram resolução que exorta os Estados a reforçar a cooperação nos níveis regional e internacional para perseguir, capturar, processar, julgar e, quando pertinente, acelerar a extradição de perpetradores, organizadores e patrocinadores de atos de terrorismo.

Em 31 de outubro, o Conselho Permanente reuniu-se em sessão extraordinária para analisar o impacto social e econômico dos ataques de 11 de setembro sobre o Hemisfério e, em particular, sobre os pequenos Estados cujas receitas dependem em grande parte da renda gerada pelo turismo. Para frear a desestabilização econômica resultante dos ataques, a Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD) abriu linhas de apoio especial e a Unidade de Turismo e os demais escritórios da Organização concentraram seus projetos na abordagem dessas dificuldades.

Ao longo do último ano, a OEA prestou decidido apoio à democracia por meio de missões de observação eleitoral, sempre realizadas a convite dos países interessados. Enviamos missões de observação eleitoral à Guiana, São Vicente e Granadinas, Peru, Nicarágua e Honduras. No Peru, a OEA pôde testemunhar o desenlace de uma profunda crise institucional e política resultante de irregularidades observadas nas eleições presidenciais de 2000. O primeiro turno eleitoral, realizado em 8 de abril de 2001, foi completado sem inconvenientes e mereceu o pleno apoio do povo peruano. O segundo turno realizou-se em 3 de junho e culminou com a eleição do Senhor Alejandro Toledo. Os esforços da OEA no Peru demonstram a validade e a importância da ação coletiva e servem de advertência a todos os inimigos da democracia que se atrevam a contrariar os desejos do povo.

Os acontecimentos políticos e econômicos registrados no Haiti desde a Assembléia Geral da Costa Rica continuam a preocupar a Organização. O compromisso e a participação da Secretaria-Geral no Haiti aumentaram consideravelmente no último ano. A OEA continua empenhada em facilitar a solução da crise política surgida em consequência de irregularidades nas eleições legislativas de maio de 2000. Para dar assistência à solução dessa crise, estabeleceu-se em outubro de 2001 o Grupo de Amigos do Haiti, integrado pela Alemanha, Argentina, Bahamas, Belize, Canadá, Chile, Espanha, Estados Unidos, França, Guatemala, México, Noruega, República Dominicana e Venezuela.

Os surtos de violência ocorridos em dezembro último colocaram as negociações entre as partes em ponto morto. Em face desses acontecimentos, o Secretário-Geral formulou um apelo no sentido da renovação do seu mandato, de modo a habilitá-lo a enfrentar as novas circunstâncias, o que levou o Conselho Permanente a adotar a resolução CP/RES. 806, que estabeleceu uma missão especial da OEA no Haiti.

Também prosseguiram os nossos esforços para ajudar a resolver divergências territoriais e solucionar conflitos de maneira pacífica. Em cumprimento aos mandatos do Conselho Permanente da OEA e em conformidade com as disposições da Carta, a Organização, atuando como mediadora, prestou assistência a Belize e à Guatemala e à Nicarágua e Honduras para gerar um diálogo que contribua para o relaxamento de tensões.

O tema do respeito aos direitos humanos continua situado no centro da nossa agenda hemisférica. Assim o confirmou enfaticamente a Cúpula de Québec e assim também dispôs a Carta Democrática Interamericana ao unir indissolivelmente o respeito a esses direitos e a plena vigência da democracia na região. Neste ano, temos trabalhado assiduamente no sentido de cumprir as disposições acordadas na Cúpula.

Em janeiro, dando seqüência aos nossos esforços para enfrentar o flagelo do tráfico de entorpecentes e o uso indevido de drogas, a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD) publicou seu primeiro relatório sobre o progresso alcançado no cumprimento de recomendações formuladas no contexto do Mecanismo de Avaliação Multilateral (MEM). De acordo com o relatório, os países das Américas demonstraram um trabalho significativo na adoção de medidas recomendadas na primeira rodada do processo de avaliação; mas, em alguns casos, encontraram obstáculos em razão de uma falta de recursos técnicos e financeiros. Com o tempo, este processo de avaliação e análise fortalecerá as nossas medidas nacionais e coletivas de combate às drogas.

A OEA, por intermédio da Unidade de Comércio, continua a participar estreitamente dos assuntos de política comercial e integração econômica no Hemisfério. A Organização tem-se dedicado ao desenvolvimento de atividades de cooperação técnica entre os países da região e à prestação de apoio

técnico e analítico às negociações para o estabelecimento da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). No último ano, prestamos apoio aos países membros dos grupos de negociação da ALCA. Os grupos de negociação continuaram concentrados na preparação de uma versão preliminar dos respectivos capítulos do acordo da ALCA. A atividade de apoio aos grupos, realizada pela Unidade de Comércio girou em torno deste mandato e incluiu a compilação de estudos, análises e trabalhos de assistência técnica requeridos pelos mesmos. Esta atividade foi coordenada com o BID e a CEPAL, as outras duas instituições que compõem a Comissão Tripartite.

No ano passado, referimo-nos ao estado crítico das finanças da Organização. A situação era de tal gravidade, que estava em perigo a própria capacidade da Organização de custear as despesas das missões que lhe tocava cumprir. Os Estados membros agiram prontamente para corrigir o problema. Graças ao seu compromisso de pagar as contas devidas à Organização, o ano financeiro de 2001 registrou uma situação de liquidez que permitiu, pela primeira vez em muitos anos, cobrir os gastos do orçamento e destinar ao Subfundo de Reserva mais do que o montante mínimo requerido.

No entanto, os problemas que afetam a situação econômica da Organização não são apenas de liquidez. Outros aspectos continuam a ameaçar a nossa capacidade de manutenção de uma estrutura financeira adequada. O estancamento do nível orçamentário, a inflação e o aumento de mandatos sem identificação de fontes de financiamento são aspectos que devem ser atendidos. A provisão de liquidez à Organização foi um primeiro passo, mas devemos encarar com seriedade as limitações orçamentárias que nos afetam, para evitar que a OEA volte a enfrentar as circunstâncias críticas do passado. A Secretaria-Geral está preparada para dar cumprimento aos novos mandatos, mas os Estados membros deverão adotar as decisões necessárias para dotar a Organização dos recursos financeiros indispensáveis para o cumprimento do que dela se requer. É necessário reestruturar o orçamento levando pelo menos em conta a inflação, para que a Organização possa cumprir seus novos mandatos.

Este último ano mostrou o quanto é imprevisível o futuro. A magnitude dos ataques terroristas aos Estados Unidos superou todas as predições e fez o mundo entender que a democracia estará sempre ameaçada pelos inimigos da liberdade e do pluralismo. Ressalta este fato a casualidade de que os ataques tenham ocorrido no mesmo dia em que os Ministros das Relações Exteriores se reuniam para assinar a Carta Democrática Interamericana. A OEA continuará trabalhando para enfrentar estas e outras ameaças, concentrando-se em suas áreas de atividade principais, vale dizer: a democracia, o combate ao terrorismo, os direitos humanos, a integração regional e o combate às drogas. Com seu compromisso, sua visão e seu trabalho, a OEA reafirma o seu empenho em lutar pelos ideais da democracia e da liberdade.

César Gaviria  
Secretário-Geral